

# Acerto direto das...

por Celso Pinto  
de Paris

(Continuação da 1ª página)

não compromete o programa de ajuste, ele acha que foi "um bom acordo".

Além de insistir em regras tradicionais que, se respeitadas, exigiriam um pagamento brasileiro muito alto em 1992 e 1993, o Clube de Paris dizia que a capacidade de pagamento do Brasil era maior do que o alegado.

Pelo que disse uma fonte, os credores tentaram somar na disponibilidade de dinheiro do Brasil o espaço aberto pela redução dos juros internacionais, o aumento das reservas do ano passado de US\$ 1 bilhão nos cálculos do FMI e a expectativa de que haverá financiamento japonês para dar garantias no acordo com os bancos privados.

O Brasil insistiu que o aumento das importações acabaria com o ganho dos juros, que os cálculos das reservas estavam exagerados e que não se deveriam incluir financiamentos multilaterais duvidosos. Custou muito tempo até que os credores acabassem aceitando esses argumentos, e só quando eles concordaram em reduzir US\$ 500 milhões nos seus cálculos sobre a capacidade de pagamento foi possível deslanchar a negociação.

O Brasil chegou a pensar em suspender temporariamente as conversas para consultas, embora não tenha colocado esse argumento na mesa, segundo Gros. A partir de certo ponto, na quarta-feira, contudo, Gros fixou um limite além do qual não iria. Custou, mas os credores acabaram aceitando. Originalmente, eles queriam que o Brasil pagasse US\$ 7 bilhões entre 1992 e 1993, e o Brasil oferecia US\$ 3,2 bilhões.

Não se discutiram propriamente valores, mas conceitos. Como os credores se recusavam no início a refinancejar parcelas já refinanciadas, o valor a pagar a curto prazo ficou muito alto.

O Brasil insistiu no ponto que não podia pagar valores acima da capacidade de pagamentos fixada pelo FMI, não importa o que entrasse ou não na negociação.

Os US\$ 4,1 bilhões a pagar em 1992 e 1993, conforme o acertado, são compatíveis, segundo Gros, com a

proposta que está sendo feita aos bancos privados. Uma fonte diz que sobra até uma pequena margem de manobra.

Alguns brasileiros interpretaram que a principal resistência ao acerto partiu de alemães, japoneses e canadenses.

Uma fonte, contudo, diz que isso foi simples inferência do comportamento desses delegados nas discussões sobre o programa brasileiro que precedeu, na segunda-feira, a negociação. O alemão e o canadense fizeram perguntas duras, mas pertinentes, e o japonês intrigou pelo silêncio.

Gros jura que não teve indicações de onde surgiram as principais resistências. Pelo processo do Clube de Paris, não há uma discussão face a face: ela é toda mediada por Trichet, que evita particularizar posições de países. Depois do acordo assinado, na madrugada de ontem, o delegado alemão procurou um membro do governo brasileiro para desmentir as versões de que seu país teria resistido ao acordo. Gros diz que há "vivo interesse" manifestado por vários governos credores em reabrir créditos ao Brasil. Como, no entanto, antes é preciso concluir os acordos bilaterais, espera-se um ingresso modesto desses créditos em 1992, aumentando um pouco em 1993.

Um fator que talvez tenha ajudado a levar ao desfecho foi a exaustão generalizada. A negociação começou na segunda-feira às 8 horas e foi até as 2h30 de terça.

Foi retomada às 7h30 de terça e seguiu até as 9h40 de quarta. Depois de algumas horas de descanso, ela seguiu até a 1h30 de ontem.

Na terça-feira à tarde, no saguão do centro de conferências do Ministério das Finanças, onde estava sendo feita a negociação, um delegado dormiu mais de uma hora estirado num sofá. Alguns técnicos brasileiros, responsáveis pelos cálculos dos efeitos de cada nova proposta, não dormiram mais do que cinco horas nos três dias de discussões. Se tivesse havido um impasse na quarta à tarde, provavelmente o Brasil iria sugerir uma suspensão temporária. Pela fadiga aparente dos delegados dos países credores, é possível que a sugestão fosse endossada sem problemas.